

O PROGRAMA DIVINO
(Algumas anotações sobre a mística do reino de Deus
na Bíblia e na caminhada latino-americana)

*Marcelo Barros**

Resumo

No presente artigo, a partir do conceito de “reino”, procura-se aprofundar a mística do reino como força mobilizadora de transformação social e política. Recorrendo a uma pesquisa bibliográfica sobre o uso do termo “reino” no Primeiro Testamento, temos uma melhor compreensão do uso deste termo no Segundo Testamento. Pode-se reconhecer, assim, a mística de um reino libertador, com suas novidades em relação aos profetas antigos. Esta mística, que inspirou a Teologia da Libertação na América Latina, nos desafia a uma retomada, com maior entusiasmo, do empenho na conquista do mundo novo possível.

Palavras-chave: Reino. Mística. Libertação. Utopia subversiva. Igreja em saída.

Abstract

In this article, starting from the concept of “kingdom”, we try to deepen the mystic of the kingdom as the mobilizing force for social and political change. Based on a bibliographic research on the use of the term “kingdom” in the First Testament, we have a better understanding of the use of this term in the Second Testament. We can recognize, in this way, the mystic of the liberating kingdom, with its novelties in respect to the old prophets. This mystic, who inspired the Liberation Theology in Latin America, defies us to resume, with even more enthusiasm, the search for a new world possible.

Keywords: Kingdom. Mystic. Liberation. Subversive utopia. Church outing.

* Monge beneditino, escritor e teólogo.

Introdução

Em tempos de campanha eleitoral, cada partido político apresenta o seu programa. Deveria ser um projeto não só de possíveis ações do governo, mas também do futuro que cada facção política propõe para o país. Nos últimos 40 anos, a leitura bíblica latino-americana mudou de método e de forma, desde que Carlos Mesters e, com ele, o Centro de Estudos Bíblicos (CEBI) propuseram que se lesse a Bíblia à luz de uma linha ou diretriz que, de um modo ou de outro, desse uma chave de leitura para toda a Bíblia. Trata-se de um programa que a Bíblia diz ser do próprio Deus. Em muitos textos bíblicos se chama “aliança” e, em outros, se denomina “reino de Deus”. Para as comunidades eclesiais e grupos bíblicos, Carlos Mesters traduziu esse conceito que percorre toda a Bíblia como “um projeto de Deus”¹. De fato, desde então, no Brasil e em outros países do continente, a caminhada de Igreja que se insere no meio do povo se inspira no que se chama de “mística do reino”.

Não me proponho aqui a um estudo exegético ou filológico do conceito de reino nem como, na história bíblica, esse projeto se revela e se desenvolve. Nessas páginas, o que me interessa é aprofundar a mística do reino como força mobilizadora de transformação social e política. De fato, Jorge Pixley, biblista e pastor evangélico nicaraguense, começa o seu livro “O reino de Deus”, afirmando: “*No século I de nossa era, a Palestina era um dos maiores focos de resistência e rebeldia contra o Império Romano. E a inspiração que levava o povo de Israel a essa rebeldia tão forte vinha das suas escrituras sagradas e explicitamente se baseava na espera do reino de Deus*”². É verdade que Jesus havia rejeitado a interpretação nacionalista do reinado divino. No entanto, é importante aprofundar a dimensão social e política dessa mística que percorre a Bíblia inteira e que, na América Latina, suscitou uma Igreja de testemunho profético e martírio. Em um artigo não posso fazer um estudo detalhado dessa revelação. Por isso, o subtítulo desse artigo esclarece: “algumas anotações”. Convido vocês a conversarmos, em primeiro lugar, sobre as origens do conceito (reino de Deus), depois sobre como ele aparece na mística de Israel. Depois, passaremos pelos evangelhos. Para finalizar, conversaremos sobre como essa mística continua na América Latina e tentarei propor algumas conclusões.

1. MESTERS, C. *Um projeto de Deus*. Angra dos Reis: CEBI, 1980. Essa ideia já estava presente em seu livro *Palavra de Deus na história dos homens*. Petrópolis: Vozes, 1971, 1. ed. Posteriormente, desse livro, foram feitas mais de dez edições.

2. PIXLEY, J. *El reino de Dios*. Buenos Ayres: Ed. La Aurora, 1977, p. 3.

1. Breve conversa sobre os conceitos

Na metade dos anos 60, dois teólogos, um alemão e um francês, escreveram um livro sobre ‘reino e reinado de Deus’³. Eles explicavam que, em francês, existem três vocábulos para traduzir o hebraico *malkut* e o grego *basileia*. Em português, correspondem aos termos: reino, reinado e realeza. Em um dicionário do Novo Testamento, Xavier Leon-Dufour explica que o reino teria o sentido espacial. As pessoas podem falar no ‘reino de Portugal nos tempos da conquista’. Reinos são países governados por monarquias. Reinado tem mais um significado de tempo: “no reinado de Dom Pedro II, houve a libertação dos escravos”. Realeza significa mais a supremacia, o domínio. É o poder divino, mesmo no meio de uma sociedade contrária ao projeto de Deus⁴. No hebraico e no grego, esses diversos conceitos não se distinguem. Por isso, na Bíblia, o sentido do reino de Deus vai se clareando sem essas particularidades.

Por trás dessas noções está, em primeiro lugar, a visão de Deus como fonte de todo poder e, portanto, rei. Essa noção da divindade como rei ou rainha era comum no antigo Oriente e era normal que Israel herdasse dos povos vizinhos essa compreensão de Deus. Naquele tempo, a monarquia era o único sistema político conhecido. Por isso, para expressar que Deus governa o mundo, tinha de se dizer que ele é rei e estabelecerá entre nós o seu reino. Atualmente, a noção de reino não diz nada à maioria da humanidade. Para designar um sistema social e político novo e transformador no mundo de hoje, deveríamos encontrar outro termo que a humanidade pudesse compreender logo e aderir como programa ou projeto de vida e de mobilização. No tempo antigo, o reino teve essa força mobilizadora. Hoje, talvez devamos usar não apenas um, mas diversos termos para expressar que é possível transformar esse mundo e renovar as estruturas da nossa vida. Como a própria revelação de Deus evoluiu, deveríamos rever a imagem de Deus ou de Jesus Cristo como rei. Não basta que, na festa de Cristo Rei, os padres expliquem ao povo que ele não é rei como os reis do mundo. Mesmo assim, é bom rever até que ponto a imagem de rei ajuda a aprofundar a descoberta de quem foi e quem é Jesus para nós. Até que ponto falar em reino de Deus e reino de Cristo clareia o projeto atual de Deus para nós e para o mundo? Nessas páginas, parto do conceito bíblico e depois de como a caminhada eclesial da Igreja da libertação assumiu essa mística para fortalecer sua opção.

2. Uma utopia subversiva

Na Bíblia, o conceito de “reino de Deus” é tardio. Só aparece com os livros de estilo apocalíptico dos últimos séculos antes de nossa era. No entanto, “desde

3. SCHNACKENBURG, Rudolf; MARLÉ, René. *Règne et Royaume de Dieu*. Éssai de Théologie Biblique. Paris: Editions de l’Orante, 1965.

4. LEON-DUFOUR, XAVIER. *Diccionnaire du Nouveau Testament*. Paris: Ed. du Seuil, 1975, p. 465ss.

os primeiros tempos da história de Israel, a convicção de que Deus é rei e reina sobre Israel é muito forte e central”⁵.

Pixley afirma que a expressão de reino de Deus e sua mística surgiu “*como expressão teológica de um movimento político pela constituição de um novo povo*”⁶. Nesse sentido, todos sabemos que as leis do chamado “Código da Aliança” (Ex 20,12–23,33) refletem uma sociedade já estabelecida e sedentária, mas sem dúvida recolhe costumes tribais pré-israelitas e do antigo Israel. No entanto, a Torá é apresentada como uma Constituição que dá a Israel uma identidade social e política. Mesmo se a noção de aliança só foi aprofundada teologicamente em tempos posteriores, no tempo das tribos, havia o costume da *berit*. Eram tratados de aliança feitos entre um rei (o suserano) e seu vassalo. Israel nasceu, dizem os textos, de uma *berit* entre Deus como rei e os israelitas como seu povo. Essa noção de que Deus reina sobre Israel aparece em textos muito antigos, como o cântico de Miriam e Moisés (Ex 15,13-18) e outros como Nm 23,21 e Dt 33, 5. É nesse contexto social e político que, possivelmente, surgem alguns salmos como cânticos de entronização de Iahweh como rei de Israel. Na linha de alguns exegetas europeus como Mowinkell, também Pixley, pensam que, nos primeiros tempos do Israel bíblico, a festa de ano-novo se caracterizava por uma celebração da entronização de Deus como rei. Era uma espécie de réplica a rituais semelhantes de entronização de Marduk, na Babilônia, e do El cananeu, em cidades da planície. Assim teriam surgido salmos como a procissão com a arca no salmo 24 e os Sl 29, o 93 e o 47. Pixley cita o resultado das descobertas feitas sobre a mitologia cananea através da bibliotecaugarítica do século XIV aC, descoberta em Ras Shamra⁷. Mesmo se essa hipótese de uma festa anual de entronização de Iahweh como rei não pode ser provada, sem dúvida, esses salmos são dos mais antigos do saltério e expressam a realeza de Deus sobre o cosmos e sobre Israel. Por algum tempo, a convicção de que Israel é um reino no qual o rei é o próprio Deus impede que se instaure a monarquia. Conforme o livro dos Juízes, Gedeão recusou ser rei (Jz 8,22) e Abimelec quis ser rei em Siquém, mas foi assassinado (Jz 9,6). Só depois, a monarquia tornou-se inevitável e, para os profetas, sempre foi um desafio. A monarquia abriu as portas para um sistema de desigualdade social que contradizia a aliança (o reinado divino). “No Israel antigo, não havia propriamente pobres (em hebraico: *'ebion*) até o surgimento da monarquia”⁸. Essa constatação fez com que, em geral, a interpretação da história bíblica feita nos últimos 30 anos

5. SOBRINO, J. Centralidad del Reino de Dios en la Teología de la Liberación. In: ELLACURÍA, I.; SOBRIÑO, J. (Orgs.). *Mysterium Liberationis: Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación*. Madrid: Trotta, 1991, p. 472-473.

6. PIXLEY, 1977, p. 12.

7. PIXLEY, 1977, p. 7.

8. HERRMAN, S. *Historia de Israel, en la época del Antiguo Testamento*. 3. ed. Salamanca: Sígueme, 1996, p. 306-312.

na América Latina é muito crítica em relação à monarquia. De fato, os profetas bíblicos nunca aceitaram com facilidade o sistema monárquico. Já Samuel adverte o povo que o rei terá a tentação de usurpar as prerrogativas divinas (cf. 1Sm 8,12). Em Jerusalém (não falemos do reino do Norte na Samaria), o rei sempre quis imitar seus vizinhos. No entanto, o senso da aliança com Deus impedia uma monarquia absoluta, no estilo do antigo Oriente. Se Israel vive a aliança, tem de ter um único Senhor, que é Deus. A aliança tem como consequências:

1º – a dessacralização do poder

A monarquia é dessacralizada. Nada de rei, filho de Deus, ou divino, como ocorria no Egito, na Babilônia e depois em Roma.

2º – a monarquia era um poder delegado

Mesmo depois do exílio, o cronista fazia Davi afirmar: “O Senhor escolheu a Salomão, meu filho, para sentar-se no trono do Senhor em Israel” (1Cr 28,5).

3º – a separação dos poderes – entre o político e o religioso

O rei não pode intervir no poder sacerdotal. Saul foi destituído do trono por não obedecer a essa distinção. Ele ofereceu sacrifícios em Guilgal (1Sm 13,1-5). Mesmo salmos de entronização do rei, como o Sl 2 e o 110, fazem o rei depender da realeza de Deus como gerente⁹.

3. A mística de um reino libertador

Foi na experiência da dominação e do que se convencionou chamar de “cativeiro da Babilônia” que os profetas de Israel aprofundaram a mística do reino de Deus¹⁰. Foi a partir do fim da monarquia em Israel e Judá e com a liderança dos sacerdotes no Templo reconstruído que surgiram as narrativas sobre a criação (Gn 1) e outros textos que falam da aliança de Deus com o ser humano e especificamente com Israel. No contexto da pobreza e da crise de fé provocada pela destruição do Templo e do fim da monarquia, os profetas insistem na esperança, isto é, na mística do reino. Para o 2º Isaiás, o reino é identificado com a volta do exílio e a reconstrução da vida do povo (Is 52,7). Para os pobres que ficaram na terra, o reino tem o sentido de justiça e condições de vida ideal, simbolizadas em “um céu novo e uma terra nova, assim como uma Jerusalém renovada (Is 65,18-24). Jeremias anuncia uma nova aliança, não mais escrita em tábuas de pedra, mas no coração das pessoas e vivida no conhecimento íntimo de Deus, partilhado por todos (Jr 31). Na aflição do cativeiro e na depressão do domínio estrangeiro, do 5º

9. Cf. BERTHOLD, Pierre. *La royauté divine et la royauté terrestre dans l'Ancien Testament. Quelques réflexions*. In: *La Revue Reformée*, n. 233, 2005/3.

10. Cf. SCHWANTES, Milton. *Sofrimento e esperança no exílio*. São Paulo: Paulinas, 2007.

ao 3º século antes de nossa era, para alimentar a esperança do povo, surgiram os chamados “salmos do reino” (Sl 95-100 e os salmos finais do saltério 145-150).

Nos séculos finais do Primeiro Testamento, os Apocalipses trarão imagens do reino de Deus como vitória sobre os impérios inimigos. (Sobre isso, ver: Is 24 e 25; Ez 7–10; Dn 7–12). Nesses escritos, o reino de Deus virá e vencerá os impérios opressores. Como na tradição cananeia e babilônica, havia uma figura divinizada em forma humana que se chamava de “Filho do Homem”, livros apocalípticos como Daniel e o apócrifo Henoc falam do Filho do Homem como figura divina e messiânica. Em Dn 7,13.27, o Filho do Homem é uma figura representativa da comunidade dos justos e de todo o povo de Deus¹¹. É essa figura que, segundo os evangelhos, Jesus tomará para falar da missão do Messias e para identificar-se com essa figura.

4. O reino nos escritos paulinos

As cartas de Paulo, escritas nos anos 50 da nossa era, refletem a realidade das comunidades judaicas das cidades gregas da Ásia Menor (atual Turquia) e da Europa. Paulo tinha fundado grupos ou correntes de discípulos/as do profeta Jesus, dentro das sinagogas. Desde os anos 40, um decreto do imperador Cláudio tinha expulsado os judeus da cidade de Roma. A situação das comunidades judaicas e, portanto, dos seguidores/as de Jesus dentro das sinagogas era instável nas cidades do império. Talvez por isso, “Paulo centra sua mensagem no esforço de mostrar que Jesus de Nazaré é o Ungido de Deus para o mundo. Ele nos traz a graça que nos liberta da lei, do pecado e da morte”¹².

Paulo emprega o termo “testamento” como sinônimo de aliança (2Cor 3), mas, de fato, não faz da categoria “reino de Deus” um conceito central de sua mensagem. Somente em uma das cartas deuteropaulinas se chama Deus de “rei” (1Tm 1,17 e 6,15). Nas cartas propriamente paulinas, o termo “reino” aparece poucas vezes e para discutir questões alimentares: “o reino de Deus não é questão de comida e bebida, mas alegria, paz no Espírito Santo” (Rm 14,17). Explica que os injustos não herdarão o reino de Deus (1Cor 6,9 e Gl 5,21), além de outras poucas passagens (1Cor 4,20; 15,24.50).

11. “A figura do Filho do Homem provém de um velho mito oriental, esboçado em várias religiões e formulado paradigmaticamente nos temas de El Baal em Ugarit. O deus ancião cede seu posto e transfere seu poder a um novo deus que está perto de nossa história e garante a estabilidade e a vitória dos seres humanos, seus devotos”. PIKAZA, Xavier. *Hermanos de Jesus y Servidores de los más Pequeños* (tese sobre Mt 25,31-46). Salamanca: Sígueme, 1984, p. 103 e seguintes.

12. HOORNAERT, E. *Jesus das Letras*, obra já escrita e ainda no prelo. O livro analisa a literatura da primeira geração cristã dos anos 50 a 70, e dedica vários capítulos a Paulo.

É sempre difícil para nós pensar que as comunidades paulinas se constituíram como Igrejas sem conhecer os evangelhos (estes só foram escritos mais de vinte anos depois) e sem relação com a terra e a cultura de Jesus. O próprio Paulo afirma que conhecer Cristo na carne, ou à maneira humana, não é o que ele quer (2Cor 5,16). Sem essa relação com o Jesus real, fica difícil compreender a centralidade do reino de Deus na sua mensagem e na fé cristã. Embora Paulo não use a terminologia do reino, insiste em categorias correlatas ou semelhantes, como “o dia do Senhor”, “parusia”, “libertação”. Mesmo quando fala na força da graça tem muito do pensamento sobre o reino de Deus contido nessa fé.

5. O reino nos evangelhos

Conforme os evangelhos, ao ser batizado no Jordão, Jesus descobre a sua missão profética. Escuta a mesma palavra do Pai dirigida ao profeta conhecido como “servo sofredor de Deus” (Is 42). A partir dali, ele sai para atuar como profeta. De acordo com os evangelhos, sua primeira palavra ao povo foi: “Cumpriu-se o prazo. O reinado de Deus está próximo. Arrependam-se e creiam nessa boa notícia” (cf. Mc 1,14; Mt 4,12; Lc 4,14). Como profeta, ele tinha sido discípulo de João Batista. João anunciou o dia do Senhor, o julgamento de Deus, pediu justiça e conversão. Mas não falou em reino de Deus. É Jesus que assume esse programa dos profetas pós-exílicos e dos apocalípticos. Conforme a maioria dos exegetas e estudiosos do Evangelho, “Jesus não fez de si mesmo o centro de sua missão. Pregava o reino de Deus. Para ele, o reino era a realidade última, a meta de sua vida. É certo que Jesus nunca definiu o que é o reino. Ele diz que o reino está chegando, faz curas e reconcilia as pessoas com Deus como sinais de sua vinda e conta parábolas que nos fazem descobrir como é ou como será o reinado divino”¹³. O que os evangelhos nos mostram nos faz desejar o reino, aderir ao reino, nos abrir a ele e assim sermos herdeiros do reino. Mas, afinal, o que é o reino? Hugo Echeagaray, jovem teólogo peruano falecido, escreveu: “O conteúdo concreto do reino de Deus se deduz do conjunto da atividade de Jesus, das parábolas e da sua vida cotidiana”¹⁴. E Jon Sobrino completa: “O reino é o agir de Deus para transformar a realidade histórica e social má e injusta em uma situação boa e justa”¹⁵.

Alguns teólogos europeus que escreveram sobre isso insistiram muito na dimensão transcendente ou mesmo escatológica do reino. Schnackenburg salientava que “o reino é uma realidade última e só se realiza no fim dos tempos”¹⁶. Se

13. SOBRINO, J. *Jesus, o Libertador: a história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 111.

14. ECHEGARAY, H. *Utopia e Reino na América Latina*. São Paulo: Loyola, 1989, p. 130.

15. SOBRINO, J. *Cristologia a partir da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 63.

16. SCHNACKENBURG; MARLÉ, 1965, p. 69.

é assim, não mudaria a realidade de má em boa, de injusta em justa, ao menos desse mundo presente.

No modo como Jesus apresenta a vinda do reino, há duas novidades com relação aos profetas antigos. A primeira é que não fala em destruir impérios inimigos, e a segunda é que a universalidade do reino (o 2º Isaiás já tinha anunciado que o reino seria universal) se dá pelo amor compassivo e incondicional de Deus, mesmo ao injusto e ao pecador.

Na América Latina, foi o fato de pensar que não há duas histórias e que, embora plenamente o reino se realize em um futuro utópico, concretiza-se, como escreve o pastor Jorge Pixley: “em todos os níveis: no econômico, no político, no ideológico do mundo, como também no interior de cada crente”¹⁷. É por esse motivo que, como sustenta Sobrino, “o reino é ou pode ser uma luz forte para anunciar a proposta de libertação para as vítimas de hoje. É isso que faz com que o Evangelho seja a boa notícia do reino de Deus e não apenas uma notícia sobre Jesus. (...) O evangelho é boa notícia para os pobres e esses são a chave para quem quiser se aproximar do evangelho”¹⁸.

De fato, se para os cristãos atuais o termo evangelho denota uma mensagem religiosa, para as comunidades cristãs dos anos 70 do primeiro século de nossa era, esse termo designava um decreto imperial de anistia. Nesse sentido, os nossos evangelhos, antes de serem evangelhos, são contraevangelhos. É Gerd Theissen, exegeta alemão, que explica:

“O evangelho de Jesus Cristo está em oposição aos evangelhos (*evangelia*) da ascensão dos imperadores flavianos ao poder romano (*Flavio Josefo, Guerra*, 4, 618). Nesse sentido, é um *contraevangelho*. Também a respeito dos flavianos foram transmitidas profecias. Contam-se deles maravilhas que deveriam legitimar seu domínio. Também o imperador Vespasiano foi declarado *filho de Deus* (isto é, de Amon). A mensagem dos nossos evangelhos é: não são os imperadores de Roma (os flavianos Vespasiano, Tito e outros) que realizam o cumprimento das promessas, mas Jesus de Nazaré é quem as cumpre. A propaganda religiosa e política dos novos soberanos é, ao contrário, sinal escatológico, no qual os crentes são seduzidos pelos poderes hostis a Deus”¹⁹.

Então, evangelho é boa notícia do reino de Deus.

17. PIXLEY, 1977, p. 14.

18. SOBRINO, J. *Jesus na América Latina, seu significado para a fé e a Cristologia*. São Paulo: Loyola; Petrópolis: Vozes, 1985, p. 26.

19. THEISSEN, Gerd. *A Religião dos Primeiros Cristãos*. Uma teoria do Cristianismo Primitivo. São Paulo: Paulinas, 2009, p. 83.

O quarto evangelho quase não usa o termo reino. Só na conversa com Nicodemos, Jesus diz: “Quem não nascer do alto não poderá ver o reinado divino” (Jo 3,3.5). E na hora da paixão, diante de Pilatos, ao ser interrogado: “Logo, tu és rei?”, Jesus responde: “Para isso nasci e para isso vim ao mundo: para dar testemunho da verdade (ele se referia à verdade do reino de Deus) e toda pessoa que é da verdade (isto é, que reconhece que o reino é verdade) escuta a minha voz” (Jo 18,37). Isso confirma que a própria morte de Jesus só pode ser compreendida como testemunho do reinado divino no meio de um mundo de trevas e de maldade. Isso permite uma leitura martirial e não sacrificial da paixão.

No final do século I, a realidade das Igrejas já tinha mudado e o que corresponde ao reino é que Jesus vem para dar a todos “*a vida em plenitude*” ou “*vida em abundância*” (Jo 10,10). Para os evangelhos, a ressurreição é a confirmação de que o reinado divino realmente começou como uma nova criação, renovando o cosmos e a história. Conforme os Atos dos Apóstolos, até o último momento, os apóstolos ainda perguntam a Jesus ressuscitado “quando irás restaurar o reino de Israel”? Jesus não nega que restaurará. Apenas diz que não compete aos discípulos saber o tempo nem as circunstâncias em que isso se dará. E para isso, promete o Espírito Santo como força do alto para continuar testemunhando o reino, sendo testemunhas de Jesus ressuscitado (At 1,6-8).

6. O reino e a mística da libertação na América Latina

Na história recente da América Latina, a novidade do processo de libertação social tem sido a participação de muitos grupos cristãos. Antes, sempre houve cristãos que participaram dos processos revolucionários, mas eram figuras isoladas. A partir dos anos 60, muitas comunidades e pastores das Igrejas inseriram-se nos processos de libertação do povo. Já em 1925, José Carlos Mariátegui, filósofo socialista peruano, escrevia em um ensaio:

“A força dos revolucionários não está na sua ciência, mas na sua fé, na sua paixão, na sua vontade. É uma força religiosa, mística, espiritual... A emoção revolucionária... é uma emoção religiosa. As motivações religiosas se deslocaram do céu para a terra. Elas não são divinas, mas humanas e sociais”²⁰.

Nos anos 60 e 70, as comunidades cristãs desenvolveram mais essa mística revolucionária a partir da fé, baseadas na mensagem do reino de Deus.

Quando falamos em mística, nem sempre esse termo é muito claro. Antigamente, o termo designava experiências espirituais extraordinárias. Atualmente, alguns movimentos populares, como o MST, usam o termo “mística” para de-

20. MARIÁTEGUI, José Carlos. *El Hombre y el Mito, El alma matinal*. Lima: Biblioteca Amauta, 1970, p. 22.

signar dinâmicas e encenações que têm como objetivo estimular e aprofundar a motivação para a caminhada. Embora os termos *mística* e *espiritualidade* sejam sempre polivalentes e possam ser usados com significados plurais de acordo com os autores, desde o começo do seu caminho a Teologia da Libertação procurou fazer uma síntese entre as intuições da história da mística e as compreensões mais laicais dos movimentos sociais²¹. De fato, qualquer pessoa que, a partir dos anos 70, tem acompanhado a pastoral da Terra (CPT), a pastoral operária, a pastoral indígenista (CIMI) e outras, sabem que a mística do reino tem sido a força que mais tem dado luz para ajudar os/as militantes a resistirem aos perigos, às perseguições e dificuldades e caminharem na fidelidade à missão. Nesses mais de 40 anos de caminhada de inserção da Igreja no meio do povo, há muitos exemplos e testemunhos de homens e mulheres, movidos pela esperança e pela causa do reino. Era, então, normal que essa força afetiva e sua forma de compreender a fé entrassem na Teologia da Libertação²². Já no livro “Teologia da Libertação”, Gustavo Gutiérrez insiste na Espiritualidade como ponto de partida da Teologia da Libertação. Nesse caminho, a mística do reino de Deus é central²³. Nos anos 70, Leonardo Boff e frei Betto escreveram “Mística e Espiritualidade”. Nesse livro, esclareciam: “A espiritualidade da libertação supõe uma ruptura radical com a realidade dominante para a construção do reino de Deus”²⁴. Em um livro coletivo chamado “Experimentar Deus hoje”, Leonardo volta a insistir na mística do reino²⁵. Também Dom Pedro Casaldáliga e José Maria Vigil no livro “Espiritualidade da Libertação” dedicam um capítulo ao “reinocentrismo”²⁶. O centro da fé é o reino de Deus e não a Igreja. Sobrino escreve: “O lugar teológico fundamental é a práxis de Jesus e essa é o testemunho e anúncio do reino de Deus”²⁷. Essa afirmação do reinocentrismo tornou-se muito importante para a teologia latino-americana, assim como para a teologia do Pluralismo Religioso.

21. Sobre o conceito de Mística na história da espiritualidade: ver VELASCO, J.M. *El fenómeno místico*. Madrid: Estudio comparado, 1999, p. 17-82. Ver também BOUYER, Louis. *Mysterion, dal mistero alla mística*. Città del Vaticano: LEV, 1986, p. 5-14. Entre autores brasileiros, ver principalmente: VAZ, H.L. *Experiência mística e filosofia na tradição ocidental*. São Paulo: Loyola, 2000.

22. Sobre isso, ver: ELLACURÍA, I. *Centralidad del reino de Dios en la Teología de la Liberación*. In: ELLACURÍA, I.; SOBRINO, J. (Orgs.). *Mysterium Liberationis: Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación*. Madrid: Trotta, 1991, p. 472- 473.

23. GUTIÉRREZ, G. *Teología de la liberación*. Perspectivas. Lima: Centro de Estudios y Publicaciones, 1971. Esse livro foi traduzido em português pelas Vozes (1972) e teve outra versão em 2000 pela Loyola. Sobre Espiritualidade da Libertação e o reino, ver o capítulo 3.

24. BETTO, Frei; BOFF, Leonardo. *Mística e Espiritualidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, p. 80.

25. BOFF, L.; VV.AA. *Experimentar Deus hoje*. Petrópolis: Vozes, 1974, p. 134-137.

26. CASALDÁLIGA, P.; VIGIL, J.M. *Espiritualidade da Libertação*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. Ver especialmente o capítulo III: “No espírito de Jesus Cristo Libertador”. O 4º artigo se chama exatamente “Reinocentrismo”, p. 107.

27. SOBRINO, J. *Cristologia a partir da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 13.

Faustino Teixeira explica: “Na teologia cristã das religiões, um passo importante na busca de superação do eclesiocentrismo foi dado com a afirmação do reinocentrismo. Essa nova perspectiva mostra como o cristianismo e as outras tradições religiosas são coparticipantes da realidade universal do reino de Deus, para cuja construção são chamados a colaborar até a sua plenitude escatológica”²⁸. O dado da universalidade do reino de Deus leva a teologia das religiões a reconhecer, na prática sincera da religiosidade, onde quer que essa ocorra, uma resposta à chamada de Deus. Segundo a ótica cristã, é legítimo afirmar que os participantes de outras tradições religiosas são efetivamente “membros ativos do reino”, pois o reino acontece “onde quer que se atue na graça a obediência para com Deus”²⁹. Assumir essa perspectiva “é o único caminho para um verdadeiro diálogo interreligioso e uma compreensão pluralista da fé e da espiritualidade”³⁰.

7. Questões, desafios e perspectivas

O mundo mudou muito desde que, há mais de 40 anos, surgiu a Teologia da Libertação. De um lado, a desigualdade social e os desafios de uma sociedade baseada na injustiça e na exclusão se agravaram. De outro, a sensibilidade das pessoas mudou. Por vários motivos, os movimentos sociais têm mais dificuldade para mobilizar e estimular as pessoas à participação em uma política transformadora. No Cristianismo, os movimentos que mais têm crescido são os pentecostais e carismáticos. No Brasil, o Censo de 2010 revela que mais de 60% dos evangélicos são pentecostais³¹. Na Igreja Católica, os movimentos carismáticos têm crescido muito. Cada vez mais, pessoas de comunidades de base participam de grupos carismáticos. O desafio é que a espiritualidade da maioria dos grupos carismáticos e pentecostais é orientada em um sentido pouco histórico. Falta uma crítica à sociedade no plano ético-social e político. A interpretação da Bíblia é espiritualista e não contextual. Devemos buscar um diálogo com os grupos pentecostais e carismáticos para integrar a sensibilidade pentecostal e a mística do reino em sua dimensão social e política transformadora. Talvez, as celebrações

28. DUPUIS, JACQUES. *Rumo a uma teologia cristã do pluralismo religioso*. São Paulo: Paulinas, 1999, p. 526. Documento da FEDERAÇÃO ASIÁTICA DOS BISPOS CATÓLICOS, *Teses sobre o diálogo inter-religioso* (3.2) publicado em: *SEDOC*, v. 33, n. 281, jul/ago 2000, p. 59. Ver ainda: CASALDÁLIGA, PEDRO; VIGIL, JOSÉ MARIA. *Espiritualidade da libertação*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 107-115.

29. RAHNER, KARL. Chiesa e mondo. In: *Sacramentum Mundi* II. Brescia: Morcelliana, 1974, p. 195.

30. TEIXEIRA, F. Uma eclesiologia em tempos de Pluralismo Religioso. In VV.AA. *Teologia Latino-americana Pluralista da Libertação* (vol. III da coleção “Pelos muitos caminhos de Deus”). São Paulo: Paulinas, 2006, p. 131.

31. Sobre o Pentecostalismo no Brasil, ver: FRESTON, Paul. Breve história do Pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, A.; VV.AA. *Nem anjos nem demônios. Interpretação sociológica do Pentecostalismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 70s. E ver também: MARIANO, Ricardo. *Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2005.

possam servir como caminho nesse processo de aproximação e diálogo. É importante devolver às comunidades cristãs uma leitura latino-americana da teologia do Espírito Santo e da sua missão transformadora, na linha da herança que recebemos do padre José Comblin³².

Outra questão ou desafio para a mística do reino é como expressar o fato de que o reino de Deus é graça e, ao mesmo tempo, pede compromisso. Nós acolhemos o reino e podemos testemunhá-lo. Como Jesus, podemos realizar sinais que anunciem sua proximidade, mas não podemos dizer que o construímos. A partir de textos de Hugo Assman e continuando reflexões feitas em comum com ele, no livro “Deus em nós”³³, Jung Mo Sung critica o fato de que, na caminhada de libertação, vários cânticos das comunidades e escritos de companheiros/as da libertação falam em “construir o reino”. Jung insiste que nós não podemos construir o reino porque ele é transcendente. Além disso, para o reino, Hugo Assman empregava a expressão “endomística”, ou seja, a consciência de que o reino existe “dentro de nós”, como diz o evangelho (Lc 17,21). É bom insistir que o reino está em nós e dentro de nós. No entanto, no contexto do evangelho de Lucas, os fariseus perguntam *quando* virá o reino. Jesus responde: “Ele já está presente entre vocês”. E logo depois, fala da vinda do Filho do Homem (cf. Lc 17,22-37). A dimensão de interioridade do reino é uma verdade profunda e podemos aprender isso com os movimentos espiritualistas. E podemos, sim, recordar que no quarto evangelho Jesus pede um “novo nascimento interior” para se acolher o reinado divino (Jo 3,3). Como salienta Jung, é importante não falar em “construir o reino”, como se fosse uma atividade nossa. No entanto, não podemos negar que existe uma tensão: não construímos o reino, mas ele supõe um trabalho nosso. Ele é transcendente, mas se manifesta no real aqui e agora. Conheço um grupo religioso que, na oração do Pai-nosso, diz: “Vamos nós para o teu reino”, mas Jesus nos ensinou a orar: “Venha a nós (ou seja, para cá) o teu reino”. Nesse sentido, temos de compreender a afirmação de Gustavo Gutiérrez: “A gratuidade do reino não pode significar o reinado do arbitrário ou do supérfluo. O gratuito não se opõe nem desmerece a busca da justiça. Ao contrário, lhe dá seu verdadeiro sentido. Não existe nada de mais exigente do que a gratuidade do amor”³⁴.

Em recente entrevista concedida ao Instituto Humanitas da Unisinos, Eleazar López Hernandez, teólogo indígena mexicano, afirmou: “A salvação que Cristo ganhou para nós com sua morte e ressurreição e que se concretiza na pro-

32. Ao longo de sua vida, José Comblin escreveu diversos livros sobre o Espírito Santo e sua missão na Igreja e na obra da libertação. Ver, por exemplo, COMBLIN, J. *O Espírito Santo e a Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1991. Recentemente, depois da sua partida, Mônica Muggler reuniu diversos textos que ele deixou inéditos e publicou. MUGGLER, M. *O Espírito Santo e a Tradição de Jesus*. São Paulo: Ed. Nhanduti, 2012.

33. ASSMAN, Hugo; MO SUNG, Jung. *Deus em nós: o reinado que acontece no amor solidário aos pobres*. São Paulo: Loyola, 2010.

34. GUTIÉRREZ, GUSTAVO. *O Deus da Vida*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1992, p. 155.

posta do *Reino* ou *Reinado de Deus* coincide maravilhosamente com os sonhos de futuro de muitos povos indígenas. De modo que, para os povos indígenas identificados com sua cultura e convertidos à fé cristã, construir o *Reino de Deus* passa também pela construção de suas utopias ou de sonhos de futuro³⁵.

Do mesmo modo, podemos dizer que o novo processo social e político emergente em vários países da América Latina, quer se chame de insurreição indígena na Bolívia, revolução cidadã no Equador ou bolivarianismo na Venezuela, são não apenas sinais, mas setas que apontam na direção da vinda do reinado divino.

Sem dúvida, o desafio mais concreto e primeiro da teologia da libertação nesse momento de retomada da mística do reino foi explicitado, várias vezes, pelo padre Comblin nos seus últimos anos de vida. Ele insistia que as pessoas que fazem teologia da libertação, como as que aprofundam uma leitura da Bíblia a partir dos pobres, retomem uma maior e mais profunda inserção no meio dos movimentos sociais. Na linha do Papa Francisco, ao insistir em uma “Igreja em saída”, é importante retomarmos a participação concreta e vivencial nas bases. Assim, poderemos testemunhar: como dizia Dom Helder Câmara: “há sempre mil razões para viver” e para crer em um mundo novo possível. A mística do reino é atual e a ela vale a pena consagrar nossas vidas.

Marcelo Barros
R. Arnoldo Magalhães, 243, apto 02
Casa Amarela
52051-280 Recife, PE
irmarcelobarros@uol.com.br

Bibliografia

- ASSMAN, Hugo; MO SUNG, Jung. *Deus em nós: o reinado que acontece no amor solidário aos pobres*. São Paulo: Loyola, 2010.
- BERTHOLD, Pierre. La royauté divine et la royauté terrestre dans l’Ancien Testament. Quelques réflexions. *La Revue Reformée*, n. 233, 2005/ 3.
- BETTO, FR.; BOFF, L. *Mística e Espiritualidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Garamond/Rocco, 1994.
- BOFF, L., VV.AA. *Experimentar Deus hoje*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- BOUYER, Louis. *Mysterion. Dal mistero alla mística*. Città del Vaticano: LEV, 1986.
- CASALDÁLIGA, Pedro; VIGIL, José Maria. *Espiritualidade da Libertação*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

35. Ver no site do IHU, entrevista no dia 12 de setembro de 2014.

- COMBLIN, José. *O Espírito Santo e a Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- DUPUIS, Jacques. *Rumo a uma teologia cristã do pluralismo religioso*. São Paulo: Paulinas, 1999, p. 526. Documento da FEDERAÇÃO ASIÁTICA DOS BISPOS CATÓLICOS, Teses sobre o diálogo inter-religioso (3.2). *SEDOC*, v. 33, n. 281, jul/ago 2000, p. 59.
- ECHEGARAY, H. *Utopia e Reino na América Latina*. São Paulo: Loyola, 1989.
- ELLACURÍA, I. Centralidad del reino de Dios en la Teología de la Liberación. In: ELLACURÍA, I.; SOBRINO, J. (Orgs.). *Mysterium Liberationis: Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación*. Madrid: Trotta, 1991.
- FRESTON, Paul. Breve história do Pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, A.; VV.AA. *Nem anjos nem demônios. Interpretação sociológica do Pentecostalismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GERD THEISSEN, Gerd. *A Religião dos Primeiros Cristãos. Uma teoria do Cristianismo Primitivo*. São Paulo: Paulinas, 2009.
- GUTIÉRREZ, G. *Teología de la liberación. Perspectivas*. Lima: Centro de Estudios y Publicaciones, 1971.
- _____. *O Deus da Vida*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1992.
- HERRMAN, S. *Historia de Israel, en la época del Antiguo Testamento*. 3. ed. Salamanca: Sígueme, 1996.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *El Hombre y el Mito, el alma matinal*. Lima: Biblioteca Amauta, 1970.
- LEON-DUFOUR, XAVIER. *Dictionnaire du Nouveau Testament*. Paris: Ed. du Seuil, 1975.
- MARIANO, Ricardo. *Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2005.
- MESTERS, C. *Um projeto de Deus*, Angra dos Reis: CEBI, 1980.
- _____. *Palavra de Deus na história dos homens*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- MUGGLER, Mônica. *O Espírito Santo e a Tradição de Jesus*. São Paulo, Ed. Nhanduti, 2012.
- PIKAZA, Xavier. *Hermanos de Jesus y Servidores de los más Pequeños* (tese sobre Mt 25,31-46). Salamanca: Sígueme, 1984.
- PIXLEY, J. *El reino de Dios*. Buenos Ayres: Ed. La Aurora, 1977.
- RAHNER, Karl. Chiesa e mondo. In: *Sacramentum Mundi II*. Brescia: Morcelliana, 1974.
- SCHNACKENBURG, Rudolf; MARLÉ, René. *Règne et Royaume de Dieu. Essai de Théologie Biblique*. Paris: Editions de l'Orante, 1965.

- SCHWANTES, MILTON. *Sufrimento e esperança no exílio*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- SITE DO IHU. Entrevista no dia 12 de setembro de 2014.
- SOBRINO, J. *Jesus na América Latina: seu significado para a fé e a Cristologia*. São Paulo: Loyola; Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. Centralidad del Reino de Dios en la Teología de la Liberación. In: ELLACURÍA, I.; SOBRINO, J. (Orgs.). *Mysterium Liberationis: Conceptos fundamentales de la Teología de la Liberación*. Madrid: Trotta, 1991.
- _____. *Cristologia a partir da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- _____. SOBRINO, J. *Jesus, o Libertador; a história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- TEIXEIRA, F. Uma eclesiologia em tempos de Pluralismo Religioso. In: VV.AA. *Teologia Latino-americana Pluralista da Libertação* (vol. III da coleção “Pelos muitos caminhos de Deus”). São Paulo: Paulinas, 2006.
- VAZ, H.L. *Experiência mística e filosofia na tradição ocidental*. São Paulo: Loyola, 2000.
- VELASCO, J.M. *El fenómeno místico*. Madrid: Estudio comparado, 1999.